

DECRETO EXECUTIVO Nº 1.319, DE 01 DE AGOSTO DE 2006.

**“ APROVA REGULAMENTO DO
CONCURSO PÚBLICO”**

OLYNTHO FIORIN, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA RAMADA, usando de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Capítulo I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os concursos públicos promovidos na área do Executivo Municipal processar-se-ão de conformidade com a Lei e o presente Regulamento.

Art. 2º Compete a Administração Pública Municipal, coordenar a realização do recrutamento de pessoal para provimento de vagas no quadro funcional da Prefeitura Municipal de Nova Ramada.

Art. 3º No processamento do concurso, importa:

I Dar toda a publicidade, por meio de editais, das condições em que se realizarão;

II Receber, indistintamente, a inscrição de todos quantos atenderem os requisitos legais e as exigências do edital;

III Observar, em relação a todos os concorrentes, o mesmo processo de exame, a exigência do mesmo nível de conhecimentos e igual critério de julgamento;

IV Facilitar ao candidato, aprovado ou não, o conhecimento dos resultados que obteve, bem como dos que forem conferidos aos demais concorrentes e do critério de julgamento adotado.

Art. 4º A realização dos concursos públicos municipais ficará ao encargo de entidade com capacidade comprovada para tal fim.

Art. 5º A entidade ou órgão responsável pela realização dos concursos públicos compete, sob a coordenação do Executivo Municipal:

I Elaborar o plano de provas e programas;

II Fazer o exame das provas e o seu julgamento, atribuindo-lhes pontos, de conformidade com os critérios preestabelecidos;

III Reexaminar as provas, sempre que houver pedido de revisão, sugerindo justificadamente, a manutenção ou alteração dos pontos primitivamente conferidos;

IV Emitir parecer em qualquer recurso ou reclamação interposta por candidatos.

Art. 6º É vedado à entidade ou órgão responsável pela realização dos concursos públicos, revelar, sob qualquer forma, até o momento em que forem apresentados aos candidatos, os temas constitutivos das provas.

Art. 7º É proibida a inscrição dos membros pertencentes à entidade organizadora nos concursos públicos de que trata o presente Regulamento, estendendo-se a vedação às pessoas relacionadas através de parentesco consanguíneo ou afim.

Art. 8º O concurso público, para preenchimento de vagas existentes ou que, posteriormente, surgirem, far-se-á mediante recrutamento externo.

Art. 9º O concurso público tem validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da administração.

Capítulo II

DA COMISSÃO

Art. 10 Será constituído uma Comissão Executiva através de Portaria, sendo composta por no mínimo 03 membros.

Art. 11 A Comissão Executiva competem os trabalhos de supervisão de serviço de inscrição, fiscalização das provas no recinto em que as mesmas forem realizadas.

Art. 12 Será lavrada ata pela Comissão Executiva, historiando os trabalhos de desidentificação das provas.

Art. 13 Os membros da Comissão Executiva não poderão estar inscritos no concurso público de que fizerem parte.

Capítulo III

DAS VAGAS E INSCRIÇÕES

Art. 14 O concurso público será aberto através de edital, publicado no painel de publicações da Prefeitura Municipal, ou, outros meios de comunicações existentes.

Art. 15 O edital será elaborado com a observância da legislação em vigor, concernente às especificações do cargo público visado e ao sistema de concursos.

Art. 16 O edital de abertura dos concursos deverá conter:

I Relação dos cargos para os quais serão selecionados os candidatos, com os respectivos números de vagas oferecidas;

II Data de abertura e encerramento das inscrições, bem como o local e horário em que as mesmas serão recebidas;

III Requisitos a serem preenchidos pelos candidatos no ato da inscrição e no ato da posse;

IV Programa das matérias sobre as quais versarão as provas e os critérios de apuração do resultado de cada uma delas;

V Forma de apuração do resultado final;

VI Indicação dos títulos valorizáveis, quando couber, e os critérios para seu julgamento;

VII Quaisquer outras exigências que devam ser atendidas pelos candidatos ou informações que se fizerem convenientes à boa ordenação do concurso.

Art. 17 O edital de abertura do concurso fixará o prazo para as inscrições, não podendo ser inferior a 10 (dias) dias e nem superior a 30(trinta) dias.

Art. 18 Qualquer alteração de cláusula de edital deverá ser feita mediante a publicação de outro edital.

Art. 19 O pedido de inscrição será feito pelo candidato ou seu procurador, mediante ficha própria, a ser preenchido no Site das inscrições, observando-se as exigências estabelecidas no edital.

§ 1º A inscrição por procuração será permitida, desde que a firma outorgante tenha sido reconhecida em cartório e, que haja a apresentação dos documentos indispensáveis à inscrição.

§ 2º Não serão admitidas inscrições condicionais.

Art. 20 Poderão inscrever-se no concurso público, candidatos com idade mínima de 18 (dezoito) anos.

Art. 21 O pedido de inscrição significa a aceitação pelo candidato das normas estabelecidas por este regulamento para o concurso respectivo.

Art. 22 Decorrido o prazo de inscrição e examinados os pedidos pelo órgão ou entidade encarregada da realização dos concursos públicos, os mesmos serão homologados pelo Prefeito Municipal, através de edital, publicado no painel de publicações da Prefeitura Municipal, ou em outros meios de comunicações existentes.

Parágrafo Único. Não serão homologados os pedidos de inscrições que não apresentarem os requisitos exigidos no edital de abertura dos concursos públicos.

Art. 23 Os limites de idade previstos no edital, serão verificados de acordo com a data de encerramento das inscrições.

Art. 24 O candidato com inscrição não homologada, terá o prazo de 02(dois) dias, a contar da data de publicação do edital homologatório, para sanar as razões da não-homologação.

Parágrafo Único. Não sanadas as razões da não-homologação ou persistindo o motivo determinante da não aceitação da inscrição no prazo fixado, o candidato terá sua inscrição indeferida definitivamente.

Art. 25 O prazo das inscrições poderá ser prorrogado quando inexistirem candidatos inscritos ou seu número for inferior ao número de vagas oferecidas.

Parágrafo Único. A prorrogação do prazo será decidida pela comissão organizadora do concurso, com a aprovação da Administração Pública Municipal, sendo sua divulgação feita por edital.

Art. 26 A inscrição será cancelada em qualquer fase do concurso, verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos no edital ou constatada a ocorrência de fraude na sua obtenção.

§ 1º Ao cancelamento de que trata o artigo anterior, será dada publicidade, podendo o candidato conhecer as razões que o determinaram.

§ 2º Ficam resguardados os direitos do candidato, quando for constatado que o equívoco foi da pessoa encarregada da inscrição.

Capítulo IV

DAS PROVAS

Art. 27 O concurso será realizado através de avaliação sem consulta, composta de provas escritas, complementadas, quando for o caso, por provas práticas e de títulos.

Art. 28 Os concursos públicos serão aplicados pela Comissão Executiva e pelos fiscais designados para tal.

Art. 29 As provas serão realizadas em local, dia e horários prefixados, através de edital, que será publicado e divulgado segundo os mesmos critérios, com a antecedência mínima de 05(cinco) dias.

Parágrafo Único. Quando as provas forem realizadas em mais de um dia, o local, dia e hora das provas seguintes poderão ser comunicados aos candidatos por ocasião da realização de cada prova anterior, dispensando a publicação de novo edital.

Art. 30 No dia, hora e local fixados para a realização das provas, os candidatos deverão apresentar-se munidos do cartão de identificação e do material indicado no edital de convocação para a realização das provas.

§ 1º O candidato deverá exibir seu cartão de identificação antes de cada prova, sob pena de ser considerado ausente.

§ 2º Ajuízo da Comissão Executiva poderá ser suprida a falta do cartão de identificação pela apresentação da carteira de identidade, desde que o nome do candidato conste da lista de inscrições homologadas.

§ 3º Feita a identificação dos candidatos, a Comissão Executiva procederá a distribuição dos mesmos nos recintos onde se realizarão as provas.

Art. 31 Antes do início dos trabalhos, a Comissão Executiva ou os fiscais das salas, por ela designados, farão os esclarecimentos e advertências a serem observadas pelos candidatos durante as provas, objetivando, principalmente, impedir conversas, consultas ou quaisquer expedientes de que tentem se utilizar os candidatos para troca de opiniões.

Art. 32 Não haverá segunda chamada em qualquer das provas, não importando o motivo alegado.

Art. 33 Será excluído do recinto de realização das provas, por ato da administração do município ou da Comissão Executiva, o candidato que tiver atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas do concurso ou autoridade presente.

Art. 34 Idêntica sanção será aplicada ao candidato que, durante o processamento de qualquer prova, demonstrar comportamento inconveniente ou for surpreendido em flagrante de comunicação com outros candidatos ou pessoas estranhas, por gestos, por palavras ou por escrito, bem como utilizando-se de livros, notas ou impressos, salvo os expressamente permitidos.

Art. 35 Em qualquer das hipóteses anteriores será lavrado "auto de apreensão da prova e exclusão do candidato", onde será narrado o fato, com seus pormenores fundamentais, devendo ser assinado por, no mínimo, dois membros da Comissão Executiva ou da administração municipal presentes.

Art. 36 Durante a realização das provas e sob pena de anulação das mesmas, não será permitido ao candidato ausentar-se do recinto, a não ser momentaneamente, em casos especiais, na companhia de, no mínimo, um fiscal da prova.

Art. 37 O sigilo quanto à identificação dos concursados será assegurada através da correção eletrônica dos cartões resposta (leitura ótica).

Parágrafo Único. O cartão resposta é o único documento válido para correção da prova escrita, não serão computadas questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura, ainda que legível.

Capítulo V

ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO PROVA ESCRITA

Art. 38 A prova escrita constará de questões objetivas, das quais apenas 01 (uma) responderá corretamente à questão proposta.

Art. 39 As questões da prova escrita serão extraídas, exclusivamente, do programa previamente indicado.

Art. 40 As questões da prova escrita serão organizadas de modo a abranger qualquer conteúdo do programa previamente estabelecido, enfocando qualitativa ou quantitativamente qualquer aspecto que o elaborador da prova entenda necessário propor aos candidatos.

Art. 41 Excepcionalmente, na correção das provas, poderá ser reconsiderada qualquer questão, quanto ao seu mérito, quando sua formulação possa gerar dúvidas na interpretação por parte do candidato.

Parágrafo Único. Reconsiderada a questão e nela computado ponto, o benefício será estendido a todos os candidatos.

Art. 42 As questões objetivas poderão apresentar formas variadas de apresentação, desde que perfeitamente esclarecidas ao candidato no Caderno de Questões e, desde que apresentem apenas uma opção de resposta correta.

Art. 43 A prova escrita será composta de um Caderno de Questões e uma Grade de Respostas.

Art. 44 Caderno de Questões é o espaço no qual o candidato poderá desenvolver qualquer técnica para obter a resposta das questões.

§ 1º E permitido rabiscos e rasuras em qualquer folha do Caderno de Questões, exceto na grade.

§ 2º Na capa do Caderno de Questões constarão somente como identificação: o número da inscrição e a categoria funcional para a qual o candidato concorre e a data da realização da prova.

Art. 45 A Grade de Respostas é o documento único e final que será considerado pelos encarregados da correção da prova escrita, para a contagem dos pontos alcançados pelo candidato.

Parágrafo Único. Em nenhuma hipótese será o Caderno de Questões considerado para pontuação.

Art. 46 As respostas rasuradas ou com mais de uma alternativa assinalada para a mesma questão, não serão consideradas, atribuindo-se valor zero à questão.

Capítulo VI

PROVAS DE TÍTULOS

Art. 47 Os títulos poderão ser entregues por todos os candidatos inscritos, porém, os pontos só serão considerados se o candidato obter aprovação na prova eliminatória.

Art. 48 Os títulos serão pontuados conforme critérios preestabelecidos no edital de concurso e terão sua pontuação máxima de 20 (vinte) pontos.

Art. 49 A documentação referente aos títulos apresentados pelo candidato será por ele entregue no ato da inscrição, onde o responsável pela inscrição colocará o número da inscrição e o cargo para o qual o mesmo concorre.

Capítulo VII

PROVA PRÁTICA

Art. 50 A prova prática terá valor igual ou inferior ao valor da prova escrita e será aplicada aos candidatos inscritos para os cargos que prevêm a execução de atividades motoras e constará da execução de tarefas inerentes a função.

Art. 51 A prova prática terá caráter eliminatório, sendo que o candidato precisará obter no mínimo, 50% dos pontos a ela atribuídos pontos, para a sua aprovação.

Capítulo VIII

RECURSOS

Art. 52 Obedecidos os prazos legais e regulamentares, será facultado ao candidato recorrer de qualquer decisão referente a sua participação no Concurso.

Art. 53 Do ato do indeferimento da inscrição, cabe recurso do candidato ao Gerente do Concurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados do dia de sua publicação.

Art. 54 No prazo de até 02 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado de qualquer prova, é facultado ao candidato requerer revisão de sua prova.

Parágrafo Único. O requerimento de revisão de prova, conterà os seguintes elementos:

I identificação do candidato, seu número de inscrição e indicação do cargo para o qual concorre;

II exposição circunstanciada e fundamentada a respeito da questão contestada.

Art. 55 O candidato, para fundamentar a contestação, terá acesso a sua prova na presença do Presidente da Comissão Executiva do Concurso.

Art. 56 O pedido de revisão deverá ser dirigido ao Presidente da Comissão Executiva do Concurso e protocolado junto ao Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Nova Ramada, que:

I indeferirá liminarmente, se apresentados em desacordo com o dispositivo, neste regulamento;

II cancelará o ato impugnado ou o manterá, verificadas as condições que o motivaram;

III encaminhará o requerimento de revisão aos encarregados da correção das provas escritas e/ou práticas e da avaliação da prova de títulos, que procederão a revisão solicitada e darão parecer, encaminhando-o, ao Presidente da Comissão Executiva do Concurso, que homologará em caráter final.

Art. 57 O concurso ou qualquer das provas, poderão ser anuladas quando:

I forem constatadas irregularidades no cumprimento deste Regulamento;

II houver inobservância quanto ao sigilo da prova escrita;

Parágrafo Único. A ausência do candidato à prova escrita, acarretará sua imediata eliminação do Concurso.

Capítulo IX

CLASSIFICAÇÃO FINAL

Art. 58 Decorrido o prazo para recurso, será procedida a apuração final do concurso, com a classificação geral dos candidatos.

Art. 59 A pontuação final do concurso será constituída pela soma das pontuações parciais obtidas nas provas.

Art. 60 A classificação final será por ordem decrescente de pontos obtidos, considerando-se como primeiro colocado o candidato que somar maior número de pontos.

Parágrafo Único. A classificação final será por cargo.

Art. 61 A classificação dos candidatos acompanhada de relatório da Comissão Executiva, será submetida a homologação do Prefeito Municipal.

§ 1º A classificação final somente será liberada, após a homologação do Prefeito Municipal.

§ 2º O resultado final do concurso, após ser homologado, será lançado com a classificação geral dos candidatos aprovados.

Art. 62 Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Administração Pública Municipal, mediante solicitação da entidade ou órgão organizador do concurso.

Art. 63 Fica revogado o Decreto Executivo nº 067/1998 e suas disposições posteriores.

Art. 64 Este Decreto Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA RAMADA, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, em 01 de Agosto de 2006.

OLYNTHO FIORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se:

Tatiane Raquel Uhde Pippi
Secretária Municipal de Administração e Planejamento